

GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Graal Participações S.A.  
Salvador - BA

### Opinião adversa

Examinamos as demonstrações contábeis da Graal Participações S.A. ("Graal" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Graal Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião adversa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, desde 2020, a Companhia tem registrado no ativo não circulante crédito a receber no montante de R\$ 6.859.041 mil, apurado no dia 17 de junho de 2019, como resultado de procedimento arbitral CAM nº 160/20, da Kieppe Participações e Administração Ltda. ("Kieppe") e da Odbinv S.A. ("Odbinv"), com o objetivo de encerrar diversos litígios e disputas existentes com as referidas empresas, reconhecendo a validade da opção de venda exercida pela Graal de sua antiga posição de acionista minoritária na Odbinv. O crédito mencionado foi incluído na relação de credores do plano de recuperação judicial apresentado em consolidação substancial de ativos e passivos pela Kieppe, Odbinv e Nonovor S.A., em conjunto com outras sociedades do Grupo Novonor. Os créditos mencionados devem ser atualizados monetariamente por índice específico e o seu vencimento dar-se-á em até agosto de 2050, sendo que eventuais recebimentos em períodos anteriores ao do vencimento estão condicionados a eventos futuros e incertos, como, por exemplo, a apuração de excesso de caixa com base em parâmetros estabelecidos no plano de recuperação judicial, sendo que até a data de aprovação das demonstrações contábeis da Companhia nenhum valor foi recebido. Desde o reconhecimento inicial, a Companhia não atualiza o referido crédito com base nos termos do plano de recuperação judicial em função da incerteza sobre o seu recebimento e não mensurou provisão para perda esperada relacionada a incerteza sobre o seu recebimento, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, tais créditos representam 99% do ativo total e 1,43 vezes o valor do patrimônio líquido. Diante da ausência de avaliação da estimativa de perda esperada do referido crédito desde exercícios anteriores, não foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem determinar o valor da referida provisão considerando a incerteza de recebimento até agosto de 2050 e seu impacto nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo seu efeito nos tributos diferidos e saldos iniciais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 5 e 6 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas, referente a recompra de títulos com instituição financeira referente a debêntures emitidas por parte relacionada sob controle comum, assunção de dívida e empréstimos. Desta forma, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. Portanto, as demonstrações contábeis anteriormente referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

#### Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026.

# GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	Fornecedores		191	13
Adiantamentos a fornecedores		24	18	Obrigações tributárias e trabalhistas		43	47
		<u>24</u>	<u>19</u>			<u>234</u>	<u>60</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Aplicação financeira com partes relacionadas	5	2.345	50.387	Mútuo com partes relacionadas	6	130.590	130.590
Impostos a recuperar		-	66	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7 e 9	1.995.269	2.008.847
Mútuo com partes relacionadas	6	58.361	5.581			<u>2.125.859</u>	<u>2.139.437</u>
Créditos a receber	7	6.859.041	6.859.041	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado		54	61	Capital social	10	1.319.213	1.319.213
		<u>6.919.800</u>	<u>6.915.136</u>	Lucros acumulados		3.474.518	3.456.445
						<u>4.793.731</u>	<u>4.775.658</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>6.919.824</u></u>	<u><u>6.915.155</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>6.919.824</u></u>	<u><u>6.915.155</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(2.843)	(2.547)
Outras receitas operacionais		285	6.530
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		(2.558)	3.983
Receitas financeiras	12	7.062	23.165
Despesas financeiras	12	(9)	(34.957)
Despesas financeiras, líquidas		7.053	(11.792)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		4.495	(7.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	13.578	(1.373)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		18.073	(9.182)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	18.073	(9.182)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultados em períodos subsequentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) abrangente do exercício	<u>18.073</u>	<u>(9.182)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.319.213	3.465.627	4.784.840
Prejuízo do exercício	-	(9.182)	(9.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.319.213	3.456.445	4.775.658
Lucro líquido do exercício	-	18.073	18.073
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.319.213	3.474.518	4.793.731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		18.073	(9.182)
Ajustes por:			
Depreciação		7	7
Rendimento de aplicação financeira com partes relacionadas	5	-	(4.942)
Desconto financeiro		-	(18.000)
Provisão de juros sobre empréstimos		-	6.443
Provisão de juros moratórios sobre empréstimos		-	15.152
Provisão de honorários sucumbenciais sobre empréstimos		-	13.356
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	12	(7.030)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	(13.578)	1.373
		<u>(2.528)</u>	<u>4.207</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Adiantamentos a Fornecedores		(6)	81
Impostos a recuperar		66	-
Depósitos judiciais		-	10.630
Fornecedores		178	(51)
Obrigações tributárias e trabalhistas		(4)	(11)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>234</u>	<u>10.649</u>
Juros sobre empréstimos amortizados		-	(31.791)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.294)</u>	<u>(16.935)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Recebimento de mútuos concedidos para partes relacionadas		2.293	46.935
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento		<u>2.293</u>	<u>46.935</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos - principal		-	(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(30.000)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes em 01 de janeiro		1	1
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro		-	1
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1 Contexto operacional

A Graal Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Morro da Paciência, nº 3.810, Rio Vermelho, inscrita no CNPJ sob o nº 14.826.903/0001-30, constituída e regida pelas disposições da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem por objeto social a participação, a qualquer título, no capital de outras sociedades e associações, no Brasil e no exterior, bem como a gestão e administração de bens e direitos próprios, caracterizando-se como uma holding de participações.

Historicamente, a Companhia detinha participação societária na ODBINV S.A. (“ODBINV”). Em decorrência de eventos societários e financeiros ocorridos em períodos anteriores, a Companhia deixou de possuir participações societárias ativas, passando a deter, como principal ativo, um direito creditório contra a referida entidade, devidamente habilitado e homologado no âmbito do respectivo plano de recuperação judicial.

Dessa forma, na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não possui investimentos societários em controladas, coligadas ou empreendimento controlados em conjunto, sendo seu patrimônio substancialmente composto por direito a receber decorrente do plano de recuperação judicial da ODBINV.

A realização desse ativo está diretamente vinculada ao cumprimento, pela devedora, das condições estabelecidas no plano de recuperação judicial homologado, estando, portanto, sujeita a incertezas inerentes a esse tipo de processo, incluindo prazos, valores efetivamente recuperáveis e condições de pagamento.

A Companhia mantém sua estrutura operacional com o objetivo de administrar esse direito creditório, bem como avaliar eventuais oportunidades de novos investimentos, em linha com seu objeto social.

O exercício social da Companhia inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

#### Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando, considerando, principalmente, a expectativa de realização do ativo relacionado ao plano de recuperação judicial e a manutenção de estrutura mínima operacional, não tendo identificado, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à sua continuidade operacional.

Adicionalmente, os acionistas controladores da Companhia se comprometeram formalmente a continuar apoiando a Companhia em todas as ações necessárias à continuidade, incluindo o compromisso de alocar recursos em montantes suficientes para pagamentos das despesas recorrentes e eventuais gastos extraordinários.

Com base em sua avaliação, a Administração concluiu que não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível.

## 2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28 de abril de 2026.

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Créditos a receber: saldo a receber de Companhia em processo de recuperação judicial.

### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros, estão incluídas na Nota Explicativa n.º 13.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utilizou dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com base no valor.

### 3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

#### a. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### b. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro;
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são (em anos):

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

Imobilizado	2025	2024
Equipamentos de informática	5	5

d. Instrumento financeiro

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Contas a Receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um, contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado como mensurado ao Valor Justo através do Resultado.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (iii) Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou não, qual a Companhia nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

##### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

f. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### Mensuração das perdas de crédito esperado

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro, quando aplicável.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceites em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos, quando aplicável.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem a expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de relatório, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques) em busca de indícios de redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo ou UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Eles são alocados primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC (ou grupo de UGCs) e, em seguida, para reduzir o valor contábil dos outros ativos na UGC (ou grupo de UGCs) em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação ao ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

h. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- (i) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (ii) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

- (iii) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (iv) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- (v) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos conta movimento	-	1
	-	1

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósito bancários.

5 Aplicação financeira com partes relacionadas

	2025	2024
Debênture	2.345	50.387
	2.345	50.387

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

Debêntures GRAI11 adquiridas pela Companhia emitidas pela parte relacionada GranInvestimentos S.A. que possui os mesmos acionistas da Companhia. A remuneração dessas debêntures está indexada ao CDI e o vencimento será em 31 de março de 2030. A variação entre períodos refere-se, principalmente, a venda de 2.451 cotas em dezembro de 2025, para a GranInvestimentos S.A., emissora das debêntures, com valor justo na data da venda de R\$ 55.073, conforme rendimento financeiro de (100% do CDI). Vide detalhes sobre o impacto da baixa no saldo de impostos diferidos na Nota Explicativa nº 09.

## 6 Partes relacionadas

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos com partes relacionadas				
Cirrus Energy B.V. (i)	-	130.590	-	130.590
GranInvestimentos S.A. (ii)	58.359	-	5.581	-
Ondina Patrimonial LTDA	2	-	-	-
	<u>58.361</u>	<u>130.590</u>	<u>5.581</u>	<u>130.590</u>

- (i) Em 16 de abril de 2024 foi celebrado Instrumento Particular de Assunção de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia, Cirrus Energy B.V. (parte relacionada que possui os mesmos acionistas finais da Companhia) e na qualidade de interveniente anuente, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Options I. O total assumido pela parte relacionada foi de R\$ 130.590. O prazo de vencimento da dívida cedida no valor supracitado é 31 de março 2030.
- (ii) Refere-se majoritariamente a valores a receber oriundo da transferência das cotas GRAI11, conforme Nota Explicativa nº 05, no montante de R\$ 55.073. Ademais, refere-se a mútuos concedidos pela Companhia para suprimentos de caixa das despesas da GranInvestimentos. Não há incidência de juros e prazo de vencimento definido.

## 7 Créditos a receber

Representado por valores a receber junto à Kieppe Participações e Administração Ltda. ("Kieppe") em decorrência do exercício da opção de venda de ações de emissão da ODBInv S.A. ("ODBInv").

A Companhia era, até 2010, titular de 47.395.697.145 ações de emissão da ODBInv, o equivalente a 20,64% do seu capital social. A relação entre os acionistas era orientada por acordo de acionistas e nele era previsto, dentre outras disposições, uma opção recíproca de compra e venda das ações exercível em determinadas situações.

Em outubro de 2010, a Kieppe exerceu opção de compra, questionada pela Companhia por entender que os gatilhos contratuais para exercício da opção não ocorreram. Na época a Kieppe confessou-se devedora da Companhia (inclusive em juízo) no montante de R\$ 2,5 bilhões em decorrência do exercício da opção de compra das ações. Desde então o tema foi sendo questionado em juízo e em 2011 foi proferida decisão liminar, suspendendo o exercício de compra de ações feito pela Kieppe. Com essa decisão a Companhia manteve-se acionista da Kieppe. Em setembro de 2015, a Companhia exerceu opção de venda das ações, pois havia fatos para exercê-la e previsão expressa no citado Acordo de Acionistas. O exercício da opção de venda das ações da Companhia veio sendo questionado judicialmente pela Kieppe, pois essa entendia que a Companhia deixou de ser acionista em 2010.

Em 17 de junho de 2019, a Kieppe, Odbinv e a Novonor, em conjunto com outras sociedades integrantes do grupo econômico, ajuizaram recuperação judicial, autuada sob o nº 1057756-77.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial"), atualmente em trâmite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("Juízo da Recuperação Judicial").

Em 22 de abril de 2020, o plano de recuperação judicial apresentado em consolidação substancial de ativos e passivos pela Kieppe, Odbinv e Nonovor, em conjunto com outras sociedades do Grupo Novonor ("PRJ Consolidado" e "Recuperandas Consolidadas"), foi aprovado em assembleia geral de credores e, em 27 de julho de 2020, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial ("Decisão de Homologação").

O PRJ Consolidado prevê condições de pagamento aplicáveis aos diversos tipos de créditos a ele sujeitos. A maior parte do passivo sujeito ao PRJ Consolidado é composto de créditos integrantes da Classe III. Os credores titulares de créditos Classe III poderiam optar por reestruturar os seus créditos conforme os termos da "Opção A" ou "Opção B". A Opção B de pagamento, escolhida pela Companhia, prevê a amortização dos créditos a ela sujeitos mediante a combinação de duas modalidades distintas, consistentes no pagamento em dinheiro até o valor máximo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por credor, e o saldo remanescente alocado nos denominados Instrumentos de Pagamento. Tanto o pagamento em dinheiro quanto as amortizações dos Instrumentos de Pagamento estão condicionados a eventos futuros e incertos, tais como distribuição de dividendos das sociedades controladas pelas Recuperandas Consolidadas e a apuração de excesso de caixa conforme determinados parâmetros estabelecidos no PRJ Consolidado.

A Decisão de Homologação foi objeto de diversos recursos interpostos por credores, que buscavam, em síntese, reformá-la integralmente ou, ao menos, parcialmente, para que fosse reconhecida a iliquidez e o caráter meramente potestativo da Opção B, uma vez que os eventos de pagamento nela previstos estariam condicionados a eventos futuros e incertos.

A 1ª Câmara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acolheu os recursos interpostos pelos credores, anulando a Opção B. Todavia, as Recuperandas Consolidadas interpuseram recursos especiais nos autos dos respectivos agravos de instrumentos, tendo logrado obter efeito suspensivo da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a fim de manter os efeitos do PRJ Consolidado. Atualmente, o tema segue sendo discutido perante o Superior Tribunal de Justiça.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

---

Paralelamente às discussões em torno do PRJ Consolidado, em 4 de maio de 2020, foi instaurado o procedimento arbitral CAM nº 160/20 no qual figuraram como partes a Graal, Kieppe e a Odbinv (o "Procedimento Arbitral"). No âmbito do Procedimento Arbitral, a Graal, Kieppe, Odbinv e a Nonovor transacionaram com o objetivo de pôr fim, definitivamente, aos diversos litígios e disputas existentes entre si (a "Transação"). A Kieppe, Odbinv e a Nonovor reconheceram a validade da Opção de Venda exercida pela Graal e que o crédito total detido pela Graal contra elas corresponde ao valor de R\$ 6.859.041.

A transação foi homologada, por sentença, pelo tribunal arbitral competente no contexto do Procedimento Arbitral, em 20 de outubro de 2020. Na mesma data, a Graal, Kieppe e Odbinv peticionaram nos autos da impugnação de crédito nº 1089141-43.2019.8.26.0100, instaurada pela Graal em caráter incidental à Recuperação Judicial, e pediram fosse incluído na relação de credores o crédito detido pela Graal no valor de R\$ 6.859.041.

Em 14 de dezembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial acolheu o pedido conjunto formulado pela Graal, Kieppe e Odbinv, a fim de determinar a inclusão do crédito da Graal na relação de credores pelo valor de R\$ 6.859.041. Desde então, a Graal consta da relação de credores como credora da Kieppe e da Odbinv, conforme pode ser consultado no sítio eletrônico da Alvarez & Marsal (administradora judicial nomeada na Recuperação Judicial).

A contabilização realizada para reconhecer o montante de R\$ 6.859.041 foi:

	<u>Valor</u>
Saldo a receber antes da inclusão na PRJ	990.603
Saldo a receber após a inclusão da PRJ	<u>6.859.041</u>
Ganho contábil	5.868.438
Alíquota imposto de renda e contribuição social diferidos	34%
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><u>1.995.269</u></u>

Em 31 de dezembro de 2025, tais créditos representam 99% do ativo total e 1,43 vezes o valor do patrimônio líquido. Devido às incertezas a Administração não elaborou avaliação da estimativa de perda esperada do referido crédito, considerando a incerteza de recebimento até agosto de 2050 e seu impacto nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo seu efeito nos saldos iniciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

## 8 Provisão para contingências

A Graal Participações S.A. ("Companhia") não possuía processos judiciais ou administrativos em andamento em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em processos tributários cuja probabilidade de perda foi classificada como possível por seus assessores jurídicos, no montante de R\$ 225, para os quais não foi constituída provisão.

## 9 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

## a. Valores por natureza

	2025	2024
Atualização do crédito decorrente da ação judicial (Nota 7)	1.995.269	1.995.269
Atualização de ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	15.454	13.578
Cessão de quotas	(15.454)	
	<u>1.995.269</u>	<u>2.008.847</u>

## b. Valores reconhecidos no passivo

	Valor
Saldo líquido final em 1º de janeiro de 2024	<u>2.007.474</u>
Imposto diferido passivo - Ganho de ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros (i)	1.373
Saldo líquido final em 31 de dezembro de 2024	<u>2.008.847</u>
Imposto diferido passivo - Ganho de ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros (i)	1.876
Baixa oriunda da cessão/venda de quotas (ii)	(15.454)
Saldo líquido final em 31 de dezembro de 2025	<u>1.995.269</u>

(i) Imposto de renda e contribuição social diferido referente ganho ao valor justo de instrumentos financeiros, conforme Nota Explicativa nº 13.

(ii) Realização referente a venda de 2.451 cotas das debêntures GRAI11 para a GranInvestimentos S.A., conforme Nota Explicativa nº 05.

## c. Valores reconhecidos no resultado do exercício e conciliação da alíquota de imposto efetiva

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. A conciliação entre a alíquota nominal e efetiva do imposto sobre a renda e da contribuição social é demonstrada a seguir:

GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e CSLL	4.495	(7.810)
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e CSLL às alíquotas da legislação	1.528	(2.655)
Exclusões - itens temporários		
Ganho a valor justo de instrumento financeiro	(1.876)	(1.373)
Cessão de quotas	15.454	-
Provisão para imposto de renda e CSLL diferidos	13.578	(1.373)
IRPJ e CSLL diferido não contabilizado sobre prejuízo fiscal	15.106	(4.028)

10 Patrimônio Líquido

Capital social

A composição acionária é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2025 e 2024		
	Capital - R\$	Número de ações	Participação
Acionistas			
Bernardo Afonso de Almeida Gradin	659.606,6	659.606.604	50%
Miguel de Almeida Gradin	659.606,6	659.606.604	50%
Total	1.319.213	1.319.213.208	100%

11 Despesas administrativas e gerais

	2025	2024
Serviços de terceiros (i)	(1.320)	(1.298)
Despesas de pessoal	(1.252)	(1.198)
Tributos e taxas	(247)	(23)
Gastos com ocupação	(6)	(14)
Depreciação	(7)	(7)
Gastos gerais	(11)	(7)
	(2.843)	(2.547)

(i) Refere-se principalmente a serviços de consultoria jurídica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

## 12 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros moratórios	-	(15.152)
Honorários sucumbenciais	-	(13.356)
Juros sobre empréstimos	-	(6.443)
Juros passivos	(9)	(6)
	<u>(9)</u>	<u>(34.957)</u>
Receitas financeiras		
Desconto Financeiro	-	18.000
Valor justo de instrumentos financeiros (i)	7.030	4.037
Rendimento de aplicações financeiras com partes relacionadas	-	905
Variação monetária	32	211
Outras receitas	-	12
	<u>7.062</u>	<u>23.165</u>
Total resultado financeiro	<u><u>7.053</u></u>	<u><u>(11.792)</u></u>

(i) Atualização a valor justo ("AVJ") das debêntures GRAI11, classificadas como aplicação financeira conforme Nota Explicativa nº 5.

## 13 Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas e outras contas a pagar.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos.

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descritos a seguir:

a. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A Companhia continua buscando alternativas para garantir o equilíbrio da estrutura de capital.

A seguir, estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos	Maior que 3 Anos
Mútuo com partes relacionadas (*)	130.590	-	-	130.590	-
Fornecedores	191	191	-	-	-
	<u>130.603</u>	<u>191</u>	<u>-</u>	<u>130.590</u>	<u>-</u>

(\*) Assunção de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia, Cirrus Energy B.V. (parte relacionada que possui os mesmos acionistas finais da Companhia).

Nas análises de vencimentos da Companhia, não é esperado que fluxos de caixa possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente mais cedo.

b. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenham um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimo, menos caixa e equivalentes de caixa.

GRAAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais)

	Valor contábil	
	2025	2024
Instrumentos de taxa variável		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
(-) Empréstimos	-	-
Dívida líquida	1	1
Patrimônio líquido	4.793.732	4.775.658
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>4.793.732</u>	<u>4.775.659</u>

Classificação dos instrumentos financeiros

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros por categoria:

	Custo amortizado	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Mútuo com partes relacionadas	58.361	5.581
Créditos a receber	6.859.041	6.859.041
Total	<u>6.917.402</u>	<u>6.864.623</u>

	Custo amortizado	
	2025	2024
Passivos financeiros		
Fornecedores	191	13
Mútuo com partes relacionadas	130.590	130.590
Total	<u>130.781</u>	<u>130.603</u>

	Valor justo por meio de resultado	
	2025	2024
Ativos financeiros		
Aplicação financeira com partes relacionadas	2.345	50.387
Total	<u>2.345</u>	<u>50.387</u>

Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial.

Composição da Diretoria

\_\_\_\_\_  
Miguel de Almeida Gradin  
Diretor

\_\_\_\_\_  
Vicente Pinheiro de Lima  
Contador  
CRC 1SP290166/O-0